

Wilson Figueiredo

Farsa, quando se repete, faz História?

A resposta está nos fatos. No Brasil — onde ela pouco acontece e muito se repete — acaba de demonstrar-se que não faz. A segunda intimidação da Constituinte resultou numa demonstração de coragem superior.

Que a História não se repete já se sabia desde que Marx pilhou Luís Bonaparte em flagrante de plágio do tio e, com a citação de vários exemplos, concluiu que a segunda vez é mais chegada a uma farsa.

É isto aí: pela segunda vez o presidente Sarney tentou tirar proveito político pessoal do apoio óbvio de ministros militares, no sistema presidencialista de governo, para intimidar os constituintes. Da primeira — para conseguir cinco anos de mandato — passou. Da segunda foi um fiasco. A Constituinte respondeu-lhe com um voto de desconfiança explícita.

Está no prefácio da 2ª edição (junho de 1869) a ressalva feita por Marx de que escreveu o *18 Brumário de Luís Bonaparte* "sob a pressão direta dos acontecimentos" e que se ateu aos episódios que se passaram na França entre 1848 e 1851. Não autoriza, portanto, a transposição. Foi duro o barbudo com as circunstâncias por permitirem "a um personagem secundário e grotesco desempenhar o papel de herói".

Não é o caso do presidente Sarney, porque o resultado da repetição do truque foi um insucesso político que terá conseqüências até encerrar-se a sua sucessão. O fato é que a repetição não levou em conta as circunstâncias, antecipou a candidatura Ulysses Guimarães e deslocou a disputa, dentro do PMDB, para a indicação do vice. Já é assunto da economia interna do PMDB, que também faturou e se safou em tempo da dificuldade e do governo.

"Os homens — observa Marx — fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, e sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado." A carapuça, independente das circunstâncias, sempre cabe em qualquer cabeça vazia de objetividade. Feitas as contas dos votos que exprimiram o reencontro da Constituinte com os 60 milhões de votos por trás dela, a derrota veio a ser o melhor que podia recair sobre um governo malsucedido. Podia vir a ser muito pior. Foi lucro porque estancou os efeitos colaterais. Se a crise plantada por Sarney tivesse pegado de galho, poderia passar-lhe à frente. O presidente apareceu na televisão dando a impressão de que tinha à retaguarda do que dizia a opinião dos ministros militares, mas esqueceu de que tem pela frente uma inflação que está a mil.

Depois de 40 meses, Sarney continua à procura de um modelo que o inspire a tomar decisões em vez de hesitações, e à cata de uma crise de gaveta para se arrumar. Gostaria de ter repetido JK, mas não conseguiu. Falta otimismo na praça. Sobrou apenas para ele, e poucos mais. Andou pensando em Getúlio Vargas, mas a ânsia de consagração não condiz com a popularidade recatada e solitária do ex-ditador. Podia ter sido o homem da transição, ciente de que foi eleito vice — e de que forma — e chamado à presidência. Apavorou-se com a hipótese de repetir Kerenski, aquele mesmo que, entre fevereiro e outubro de 1917 na Rússia, passou desconfortavelmente à história. Esbravejou quando os constituintes quiseram editar atos constitucionais que o transformariam num Luís XVI sem a respectiva revolução. Sarney pendeu recentemente para o modelo Jânio Quadros, mas em matéria de coragem provocativa ficou na leizinha sobre violência no trânsito. A não ser que se deva a desastrosa iniciativa de afrontar a Constituinte à mesma fonte de inspiração. *Se non è vero è bene trovato.*

Esta semana, finalmente, Sarney encontrou o modelo mais condizente com a sua hesitação: ele próprio. Repetiu-se, descuidado, na disposição de encerrar o segundo turno da Constituinte com a mesma camuflagem militar e a mesma montagem de boatos que lhe valeram de parte dos constituintes o mandato de cinco anos. Garantiu apenas um lugar nos anais dos golpes frustrados, que são honrados nos livros com notas de pé de página, como exemplo de que a repetição de uma farsa não faz história.

O uso indevido das instituições militares em manobras políticas costuma ter efeitos colaterais. Crises artificiais arrebentam pela culatra. Escapou de boa o presidente Sarney, que teve olhos para ver ao longe as despesas criadas pelos constituintes mas não atenta para a inflação que evolui a trote para galopar em breve diante dos consumidores.

Pareceu-lhe oportuno o momento para pressionar os constituintes, mas não percebeu que era uma temeridade política pelo seu lado, por falta de explicação para a fatura de 24,4 por cento de desvalorização dos salários e soldos em julho. Sarney, tão supersticioso, não levou em conta o mês de agosto, que produz história a seu modo. Embalou-se na fantasia militar que faz o seu gênero depois de ganhar os cinco anos. Da segunda vez, não passou de fantasia civil. Teria realmente os ministros militares à sua retaguarda, quando disse tudo aquilo às brasileiras e aos brasileiros, ou se pôs por sua conta e risco à frente deles na televisão? Parece mais fantasia de reservista de segunda categoria admitir que as Forças Armadas amarfanhassem o projeto de constituição para dar um xerife à transição. Na centenária história republicana este é o governo que teve a maior quantidade de ministros por metro quadrado. Só na Fazenda já tivemos quatro — e tome inflação. Da reforma agrária já são cinco — e nada.

No dia seguinte viu-se que as coisas não eram exatamente como Sarney as apresentou. Ainda é cedo para as Forças Armadas serem consideradas cartas fora do baralho e do barulho político. Mas não é como Sarney pretendeu agora. Não se concebe mais que elas aprontem um golpe de Estado para sustentar um presidente às voltas com a ingovernabilidade e a impopularidade. Não basta a criação de uma crise política para que tudo aconteça naturalmente. Há imprevistos. Sabe-se por experiência quando uma crise se estabelece, mas não como se processa depois que toma corpo. Se as Forças Armadas fossem atraídas a uma crise, as mesmas razões que as demovessem da abstenção política poderiam convencê-las a comparecer com candidato próprio para a solução.

É fazer pouco dos chefes militares considerá-los um estado-maior político ou comandantes de uma força auxiliar. Pode uma crise começar por iniciativa (ou falta de) política mas raramente deixa de terminar em mãos de militares. Não é por acaso que os ditadores são em muito maior número militares. Nada impediria que os militares comprassem uma briga, mas não seria pelo presidente Sarney. A crise pediria rapidamente novos protagonistas. Um impasse entre um presidente que hesita como vice e uma Constituinte com 60 milhões de votos por trás é melhor não haver.

Na primeira intimidação dos constituintes, os chefes militares desaconselharam a sucessão presidencial este ano. A inconveniência era compartilhada pelos governadores do PMDB, sem tempo àquela altura de preparar as próprias candidaturas e de prover recursos para a campanha eleitoral. Agora, não: os governadores são diretamente interessados na reforma tributária da constituição que Sarney pretendeu desfazer no segundo turno. Cada qual vai agora para o lado dos seus interesses políticos. Sarney nada mais tem a receber. A sucessão começou.